



PROPOSTA n.º 553 /2016

Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), bem como tomar a decisão de contratar, aprovar as peças do procedimento, designar o júri, delegar competências no mesmo e autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e autorização de futuros compromissos plurianuais

Considerando que,

1. É necessário garantir um fornecimento continuado de combustíveis (gasóleo e gasolina) para todos os veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota municipal, que integra veículos de remoção de resíduos urbanos, veículos ligeiros, veículos pesados, máquinas e equipamentos, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros, a partir de 3 de dezembro de 2016, atendendo a que o contrato em vigor cessa os seus efeitos;
2. É ainda necessário garantir o fornecimento de cartões que assegurem encargos com portagens, bem como o pagamento de abastecimento de combustíveis em postos públicos, a partir daquela data;
3. O Município de Lisboa integra a Área Metropolitana de Lisboa e estão em vigor os contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML);
4. Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos é possível o recurso ao procedimento de ajuste direto com convite à apresentação de propostas circunscritas ao preço a pagar pelos bens e serviços em apreço;
5. Os Cocontratantes (concorrentes selecionados para fornecer às entidades adquirentes no âmbito do Acordo Quadro) para os Lotes 1 e 2 são a Petróleos Portugal – Petrogal, S.A e Repsol Portuguesa, S.A.;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

6. A despesa prevista para assegurar a aquisição dos bens em apreço (gasolina e gasóleo), para o período de vinte e quatro meses, não excederá €4.717.213,60 (quatro milhões, setecentos e dezassete mil, duzentos e treze euros e sessenta cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no montante de €1.084.959,12 (um milhão oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove euros e doze cêntimos), montante que se encontra enquadrado na orgânica L04.02, nos termos e nas rubricas económicas de seguida indicados, do projeto de orçamento da CML:

Gasolina: rubrica económica 02.01.02.01

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2016	9.942,40 €	2.286,75€	12.229,15 €
2017	119.308,80 €	27.441,02 €	146.749,82 €
2018	109.366,40 €	25.154,27 €	134.520,67 €
Total	238.617,60 €	54.882,04 €	293.499,64 €

Gasóleo: rubrica económica 02.01.02.02

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2016	186.000,00 €	42.780,00 €	228.780,00€
2017	2.239.298,00 €	515.038,54 €	2.754.336,54€
2018	2.053.298,00 €	472.258,54 €	2.525.556,54 €
Total	4.478.596,00 €	1.030.077,08 €	5.508.673,08 €

7. O encargo total previsto com o pagamento de portagens, para o período de vinte e quatro meses, não excederá €53.560,00 (cinquenta e três mil quinhentos e sessenta euros), sendo €52.000,00 referente a portagens e €1.560,00 inerente ao encargo máximo de 3% sobre aquele montante, enquanto comissão máxima de serviço a pagar ao cocontratante, nos termos do estabelecido pela CCE-AML no Acordo Quadro em apreço, estando esta despesa isenta de IVA ao abrigo do artigo 16.º, n.º 6, alínea c) do CIVA, e enquadrada na classificação orçamental L04.02/02.02.10, do projeto de orçamento da CML.

Portagens: rubrica económica 02.02.10



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

ANO	S/IVA	IVA	TOTAL
2016	2.163,00€	isento	2.163,00 €
2017	26.780,00€	isento	26.780,00 €
2018	24.617,00€	isento	24.617,00 €
Total	53.560,00€	-----	53.560,00 €

8. O Caderno de Encargos define todos os aspetos da execução das prestações que constituem o objeto do(s) contrato(s) a celebrar e apenas submete à concorrência o mais alto preço do desconto por litro a propor pela cocontratante, facto que leva a que se proponha a adoção do critério de adjudicação do mais alto preço do desconto por litro, indicado até à quarta casa decimal, por lote, nos termos do previsto no Acordo Quadro n.º 005CI2012, celebrado pela CCE-AML;
9. A Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
10. A Câmara Municipal é, também, o órgão competente para aprovar as peças de procedimento (convite, caderno de encargos e respetivos anexos) das aquisições de serviços cuja autorização da despesa é da sua competência, conforme o disposto nas alíneas f) e dd), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP,

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1. Autorizar, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) e alínea dd) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no valor máximo de €4.770.773,60 (quatro milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e setenta e três euros e sessenta cêntimos), à qual acrescerá o valor de IVA no valor de €1.084.959,12, perfazendo o valor total de €5.855.732,72 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois euros e setenta e dois cêntimos);

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
-----	-------	---------	-------



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

2016	9.942,40€ + 186.000,00€ + 2.163,00 € = 198.105,40 €	2.286,75€ + 42.780,00€ = 45.066,75 €	243.172,15€
2017	119.308,80€ + 2.239.298,00€ + 26.780,00 € = 2.385.386,80 €	27.441,02€ + 515.038,54€ = 542.479,56 €	2.927.866,36€
2018	109.366,40€ + 2.053.298,00€ + 24.617,00 € = 2.187.281,40 €	25.154,27€ + 472.258,54€ = 497.412,81 €	2.684.694,21€
Total	4.770.773,60 €	1.084.959,12 €	5.855.732,72€

2. Contratar aquisição de combustíveis rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros, pelo período de 24 meses e, com vista à formação dos contratos, escolher o procedimento de ajuste direto com recurso a Acordo Quadro n.º 005CI2012 da CCE- AML, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 259.º conjugado com os artigos 36.º e 38.º e com a alínea a) do n.º 1 e a alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, todos do CCP;
3. Aprovar as peças do procedimento (Convite à apresentação de propostas, Caderno de Encargos e respetivos Anexos), ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP;
4. Designar os elementos que compõem o Júri, a quem compete a condução do procedimento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, nos seguintes termos:
Membros efetivos:
Presidente – Dra. Paula Cristina Nobre Leitão, Técnico Superior da DMF/DA/CCM
1.º Vogal – Dr. Manuel Albergaria de Almeida Baptista, Técnico Superior da DMF/DA
2.º Vogal – Eng.º Alberto Manuel Martins de Almeida, Técnico Superior da DMHU/DRMM/DGF
Membros suplentes:
1.º Vogal – Eng.º Luís Filipe Bagagem Grosso, Técnico Superior da DMHU/DRMM/DGF
2.º Vogal - Dra. Cristina Maria Campos Miguel, Técnica Superior da DMF/DA/DGCE
3.º Vogal – Dra. Ana Isabel de Sá Pereira, Técnica Superior da DMF/DA/CCM
4.º Vogal – Dra. Fátima Maria Fernandes Barreto, Técnica Superior da DMF/DA/CCM
5.º Vogal – Dra. Mafalda Nobre de Oliveira, Técnica Superior da DMF/DA/CCM
5. Designar Maria de Fátima Agostinho Rodrigues Guedes da Silva “responsável pelo procedimento” na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública “acinGov” e seu suplente Maria de Fátima Silva Ferreira Almeida, enquanto representante da “entidade competente para decisão de contratar”;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

6. Delegar, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º, no Júri do Procedimento, as seguintes competências:

- i) Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
- ii) Classificar documentos da proposta, ao abrigo do artigo 66.º do CCP;
- iii) Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorram no procedimento, anteriores ao relatório final, nos termos do artigo 467.º do CCP.

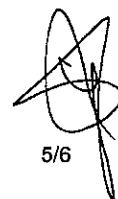
7. Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a autorização prévia da repartição de encargos para os anos económicos de 2017 e 2018, nos termos melhor explanados nos quadros infra, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 2 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, artigo 24.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços efetivamente prestados, e ainda autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativamente ao presente procedimento, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Gasolina: rubrica económica 02.01.02.01

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2016	9.942,40 €	2.286,75€	12.229,15 €
2017	119.308,80 €	27.441,02 €	146.749,82 €
2018	109.366,40 €	25.154,27 €	134.520,67 €
Total	238.617,60 €	54.882,04 €	293.499,64 €

Gasóleo: rubrica económica 02.01.02.02

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
-----	-------	---------	-------



5/6



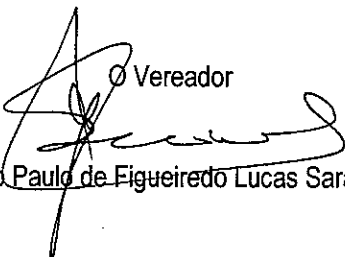
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

2016	186.000,00 €	42.780,00 €	228.780,00€
2017	2.239.298,00 €	515.038,54 €	2.754.336,54€
2018	2.053.298,00 €	472.258,54 €	2.525.556,54 €
Total	4.478.596,00 €	1.030.077,08 €	5.508.673,08 €

Portagens: rubrica económica 02.02.10

ANO	S/IVA	IVA	TOTAL
2016	2.163,00€	isento	2.163,00 €
2017	26.780,00€	isento	26.780,00 €
2018	24.617,00€	isento	24.617,00 €
Total	53.560,00€	-----	53.560,00 €

Paços do Concelho, 14 de outubro de 2016.


O Vereador
(João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva)



DACM
Prop. n.º 553/2016
Fls. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

**PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS AO
ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 005CI2012, PARA A SELEÇÃO DE
FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, CELEBRADO PELA
CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS, DA ÁREA METROPOLITANA DE
LISBOA**

PROCESSO N.º /PAQ/DA/CCM/2016

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O Município de Lisboa, através do Departamento de Aprovisionamentos, Central de Compras Municipal, vem, por este meio, convidar a V. empresa a apresentar proposta para a aquisição de combustíveis rodoviário - gasóleo e gasolinas para o Município de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), no âmbito do *“lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimentos públicos, designadamente gasolinas, gasóleo e gás de petróleo liquefeito (GPL) – Com cartão eletrónico de abastecimento”* e do *“lote 2 – Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente gasóleo e gasolinas”*, nos termos do disposto no artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 outubro (doravante designado por CCP), nos termos constantes do presente Convite e condições definidas no Caderno de Encargos, e respetivos Anexos, informando o seguinte:

I. OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. Aquisição de gasóleo e gasolinas, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, celebrado pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML) no âmbito do *“lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimentos públicos, designadamente gasolinas, gasóleo e gás de petróleo liquefeito (GPL) – Com cartão eletrónico de abastecimento”* e do *“lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente gasóleo e gasolinas”*.
2. O contrato a celebrar compreende 2 (dois) lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles.
3. Não são admitidas propostas, em cada lote, relativas a parte do fornecimento.

II – ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1 - A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos – Divisão de Gestão de Contratos

Especiais, sita no Campo Grande, 25 – 9.º A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.dgce@cm-lisboa.pt, telefone n.º 21 7988183, sendo o ajuste direto realizado através da Central de Compras Municipal, sita no mesmo local, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt

2 - O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «Acingov», com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>

3 - Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

III – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, através da Proposta n.º ---/2016, aprovada em reunião de -- /-- /2016 documento que foi submetido à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação da repartição de encargos, que ocorreu em -- /-- /2016, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do n.º 1, do artigo 36.º do CCP.

IV – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente convite é efetuado nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, celebrado pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

V - CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O Convite, o Caderno de Encargos, bem como os respetivos anexos encontram-se patentes na identificada plataforma eletrónica desde a data da notificação do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças procedimentais.
3. Para ter acesso à plataforma “acinGov”, o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, carregar no separador “Aderir” e preencher o formulário de adesão.
4. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos neles identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “acinGov”. A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
5. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.

VI - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais são da competência do Júri nomeado para o presente procedimento pré-contratual.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica “acinGov”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos aos pedidos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos referidos no presente número serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.
5. Os esclarecimentos referidos no presente número fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

VII - ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, as entidades convidadas devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar

uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer entidade convidada, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente ponto ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.

6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelas entidades convidadas, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente ponto, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todas as entidades convidadas ser imediatamente notificadas daquele facto.

VIII – PROPOSTA E SEUS ELEMENTOS

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.

3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.

IX – MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrônica “acinGov” até ao termo do prazo fixado no presente Convite.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrônica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrônica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
7. Os requisitos a respeitar pelos Concorrentes para os títulos dos ficheiros das propostas são os seguintes: Devem incluir a referência à alínea predefinida no ponto XII infra deste Convite relativa ao documento a que respeita, nos termos definidos no anexo II à Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o candidato pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a

essa consulta, desde que os referidos sítio e documento deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

9. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “AcinGov” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

10. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

11. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

12. A proposta e os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

X – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP o qual se anexa neste convite também como Anexo I.

b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Convite (Minuta da Proposta), integralmente preenchida, com a indicação do preço do desconto por litro até à quarta casa decimal.

c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo,

XI – PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, ou de propostas que alterem o disposto nas peças do procedimento.

XII – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “acinGov”, até à data e hora indicadas na plataforma eletrónica.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada no n.º 1 do presente artigo pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o presente Convite, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

XIII - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

XIV - ABERTURA DE PROPOSTAS

1. O Júri, às 10h00 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um registo (login) e de uma palavra-chave (password) aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante o Júri do Procedimento fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no nos números 1 e 2 do presente ponto.

XV - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento poderá solicitar aos convidados esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, a apresentar na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos convidados fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, devendo todos os convidados ser imediatamente notificados desse facto.

XVI - LEILÃO ELETRÓNICO

1. Na sequência da avaliação das propostas e antes de proceder à decisão de adjudicação a entidade adjudicante convidará os concorrentes que tenham apresentado propostas admissíveis, a participar num leilão eletrónico, destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente os preços apresentados nas suas propostas.
2. O convite, conforme modelo constante no Anexo VI ao Convite do Procedimento, a que se refere o número anterior será publicado na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, utilizada pela entidade adjudicante, indicando:
 - a) A pontuação global e a ordenação do concorrente convidado;
 - b) A data e a hora de início do leilão;
 - c) O modo de encerramento do leilão.
3. Para efeitos do disposto no número 1, o leilão eletrónico obedece às seguintes regras:
 - a) Será adotado o leilão tipo inglês crescente que se caracteriza por permitir várias licitações crescentes relativamente ao preço base previamente fixado (antes do início do leilão).
 - b) O leilão será constituído por dois lotes;

- c) Os preços unitários base (desconto por litro de combustível), corresponderão aos preços de desconto por litro apresentados na melhor proposta, para cada lote.
 - d) No leilão os concorrentes licitarão sobre o preço do desconto por litro de gasolina e gasóleo, sendo que daí nunca poderá resultar uma diminuição dos preços de desconto por litro por si apresentados nas propostas.
 - e) Os valores a licitar não incluem o IVA.
 - f) O leilão terá a duração de 15 minutos. Caso seja colocada uma licitação nos últimos três minutos, a hora de encerramento será sucessivamente prolongada por períodos de três (3) minutos.
 - g) O incremento mínimo entre licitações será de 0,0020€.
4. Após o encerramento do leilão os concorrentes que nele participaram terão de entregar, através da plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov", até às --- /--- horas do dia---/---/2016 (data e hora a definir no envio do convite), uma nova proposta contratual [Anexo II ao Convite - Anexo III ao Programa do Procedimento].
5. A fase do leilão eletrónico, nos termos dos números anteriores deste artigo não se realizará quando, após avaliação das propostas, o júri do Procedimento verificar que apenas foi apresentada 1 (uma) proposta admissível.

XVII - RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. O Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no ponto XXIV infra.
2. No relatório mencionado no ponto anterior, se for o caso, o Júri fundamenta as razões porque propõe a exclusão de qualquer proposta, pelos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, com as necessárias adaptações.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.

5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos n.º 4 supra, restrita aos concorrentes interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de ajuste direto, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

XVIII – CAUÇÃO

1. O valor da caução será de 5% do preço contratual.
2. O adjudicatário deverá prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
4. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Lisboa, devendo ser especificado o fim a que se destina, nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo III.
5. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três anos, a média de cotação da bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
6. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento, nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo IV, pelo qual a instituição bancária legalmente autorizada assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Lisboa em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

7. Tratando-se de seguro-caução deve apresentar uma apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato o pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Lisboa, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, igualmente nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo IV.

8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Município de Lisboa, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas de caução.

9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nas cláusulas anteriores, a caução que lhe seja exigida.

10. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

XIX – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

1 - A adjudicação será feita segundo o critério do mais alto preço do desconto por litro por lote, indicado até à quarta casa decimal.

2 – As propostas com melhor desconto unitário, por lote, serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$90\% \times \text{PGasóleo} + 10\% \times \text{PGasolina}$$

Onde:

PGasóleo é o desconto por litro de gasóleo, por lote;

PGasolina é o desconto por litro de gasolina, por lote.

3 - Em caso de empate a adjudicação é feita à proposta que for seleccionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo Júri, os quais são transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica.

XX – ADJUDICAÇÃO

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto seguinte.

XXI – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a)- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b)- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c)- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - d)- Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor;

- e)- Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- f)- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VI ao presente Convite e do qual faz parte integrante.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinado ao seu suprimento.
3. Os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa.
4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada;
5. Todos os documentos de habilitação referidos na presente cláusula devem ser apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov”.
6. No caso de a plataforma eletrónica “acinGov” se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, os documentos de habilitação devem ser enviados, para o seguinte endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt com exclusão de qualquer outro.
7. Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no número 5 indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

XXII – OUTORGA DO CONTRATO

- 1 – Da adjudicação que venha a ser feita pela entidade adjudicante será reduzido a escrito contrato, e o mesmo será celebrado em data conveniente para as partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário, correndo por conta da entidade adjudicatária todos os encargos, despesas e impostos inerentes.
- 2 O Município de Lisboa comunicará à entidade adjudicatária, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

XXIII – DESPESAS E ENCARGOS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato e prestação de caução bem como os encargos relativos a emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

XXIV- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite, aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Acordo Quadro identificado no presente procedimento e o Código de Contratos Públicos.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recai e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽¹⁸⁾]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Minuta de versão inicial da Proposta

PROPOSTA

(Versão inicial)

F _____ (indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou Empresa e Sede) de nacionalidade _____ na qualidade de _____, depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de _____ (designação do fornecimento), a que se refere o Convite de _____ de _____ de 201____, obriga-se ao fornecimento, em conformidade com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos, pelos seguintes preços do desconto por litro, indicados até à quarta casa decimal, por lote:

1. Para o Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento, para a frota da Câmara Municipal de Lisboa (CML):

a) O desconto por litro proposto para Gasolinas é de _____, _____ € (por extenso e por algarismos) que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

b) O desconto por litro Proposto para Gasóleo é de _____, _____ € (por extenso e por algarismos) que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

2. Para o lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente de gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa:

a) O desconto por litro proposto para Gasolinas é de _____, _____ € (por extenso e por algarismos) que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

b) O desconto por litro Proposto para Gasóleo é de _____, _____ € (por extenso e por algarismos) que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

As quantias supramencionadas acrescentará o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se vincula a cumprir todas as disposições relativas ao cumprimento de requisitos técnicos, ambientais e níveis de serviço previstas no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura _____

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

Euros..... €

Vai(nome do Adjudicatário), residente (ou com escritório) em
na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da
(instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada
por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de
Adjudicatário do Ajuste direto para formação de contratos a celebrar ao abrigo do lote
.....do Acordo Quadro N.º 005/CI/2012 celebrado pela Central de Compras Eletrónicas,
da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML) para a "*a seleção de fornecedores de
combustíveis rodoviários* ", de harmonia com o disposto no Convite à apresentação de
propostas e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede
..... de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser
remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura

ANEXO IV

Modelo de Garantia bancária/Seguro-caução

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco _____ com sede em _____
_____, pessoa coletiva n.º _____,
matriculada na Conservatória de Registo Comercial de _____, com
o capital social de _____ € (_____ euros), presta a favor da
Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor
de _____ € (_____ euros), destinada a garantir o bom e integral
cumprimento das obrigações que a _____, assume por
força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal
de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o
fornecimento _____, regulado nos
termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de
Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa
invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou
com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que
_____, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o
pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada
pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida
assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser
denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação
aplicável.

Lisboa, de de 201....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc.
devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de (.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de(....euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 201....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício

Anexo V

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) A opção da indicação do sítio da internet que permite a consulta de dados, apenas poderá ser utilizada se o sítio e os documentos estiverem redigidos em língua portuguesa.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO VI

Minuta do Convite para leilão eletrónico

Exmos. Senhores

No âmbito do procedimento para fornecimento de combustíveis rodoviários para o Município de Lisboa (por lotes), ao abrigo dos lotes 1 E 2 do Acordo Quadro de Combustíveis rodoviários celebrado pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), com a designação de Acordo Quadro N.º 005CI2012, para seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, convida-se V. Exas. a participar no leilão eletrónico, que se irá realizar com as regras definidas no artigo 140.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, bem como as constantes do ponto XVI do Convite:

Artigo 1.º

Condições do leilão eletrónico

1. Ao participar neste procedimento, os concorrentes obrigam-se a aceitar as condições aqui expressas.
2. Os concorrentes comprometem-se a fornecer os combustíveis de acordo com as condições constantes do procedimento e do Acordo quadro, aos preços resultantes do leilão.
3. No leilão os concorrentes licitarão sobre o preço do desconto por litro de gasolina e gasóleo, sendo que daí nunca poderá resultar uma diminuição dos preços de desconto por litro por si apresentados nas propostas.
4. Caso a 1ª licitação, seja única e tenha valor igual ao do preço de abertura do leilão a mesma será desconsiderada sendo a adjudicação realizada ao concorrente que a apresentou em sede de apresentação de propostas.
5. Os concorrentes participantes no leilão eletrónico deverão, após o fim deste, entregar, através da plataforma eletrónica com o endereço: <http://www.acingov.pt>, até às ---- do dia ----de ----- uma nova proposta contratual (Anexo A, deste convite).

6. Para efeitos do disposto no ponto XXIV do Programa do Procedimento, a adjudicação será feita ao concorrente que no final do leilão apresente os valores de desconto por litro de combustível mais alto.

7. O resultado do ajustamento de preço on-line e a adjudicação do fornecimento serão notificados a todos os participantes.

8. Atente-se para o facto de todas as referências efetuadas às horas, corresponderem aos horários de Portugal Continental.

9. Caso os concorrentes entendam não participar nesta fase do procedimento, manter-se-á a proposta inicialmente apresentada.

Artigo 2.º

Etapas do procedimento por leilão eletrónico

O leilão eletrónico desenvolver-se-á pelas seguintes etapas:

- a) Envio do convite;
- b) Aceitação do convite pelos concorrentes;
- c) Ajustamento de preço on-line - Leilão;
- d) Apresentação de proposta pós leilão.

Artigo 3.º

Confirmação e registo dos participantes

1. Os concorrentes convidados deverão confirmar a sua participação, a partir da data da receção deste convite, para a plataforma eletrónica «Acingov» até às ---- horas do dia ----- de ----- mencionando um colaborador para contato (número de telefone e endereço de correio eletrónico).

1. Após a confirmação da participação, os concorrentes serão contactados pela Acin iCloud Solutions, Lda, via e-mail, a fim de procederem às formalidades inerentes à sua participação.

Artigo 4.º

Descrição do ajustamento de preço on-line

O ajuste de preço será feito on-line de forma dinâmica através de **Leilão Inglês Crescente**, de modo a garantir o fornecimento dos combustíveis para os lotes 1 e 2 .

Artigo 5.º

Caraterísticas do leilão

1. Será adotado o leilão tipo inglês crescente que se caracteriza por permitir várias licitações crescentes relativamente ao preço base previamente fixado (antes do início do leilão).
2. Os valores a licitar não incluem o IVA.
3. Data do Leilão: --- de ----- de 2016
4. Hora início: --- horas
5. Duração Mínima: 15 (quinze) minutos
6. Extensões: 3 (três) minutos
7. Incremento mínimo entre licitações: 0,0020€
8. Entre o encerramento de cada lote, decorrerá um período mínimo de 10 (dez) minutos, ou seja, o lote seguinte termina pelo menos 10 (dez) minutos depois do lote

anterior encerrar;

9. Valor abertura do leilão por lote: -----

10. Antes do início de cada licitação, será solicitado a cada concorrente a introdução do preço apresentado na proposta dirigida à Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do presente procedimento.

10. O leilão tem a duração prevista de 15 (quinze) minutos. Caso seja colocada uma licitação nos últimos 3 (três) minutos do leilão ou durante as extensões, a hora de encerramento será prolongada por períodos de 3 (três) minutos, até que não exista mais nenhuma licitação.

Artigo 6.º

Pontuação Global e Ordenação das Propostas do Concorrentes

(Ponto XVIII do Convite)

1 -

2 -

(...)

Artigo 7.º

Contatos

Qualquer informação sobre este assunto poderá ser solicitada através dos seguintes contatos;

Câmara Municipal de Lisboa

Nome: Central de Compras Municipal

Telefone: 217988183

E-mail: dmf.da.ccm@cm-lisboa.p

Acin iCloud Solutions, Ld^a

Nome(s):

Tel:

Email:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

CADERNO DE ENCARGOS

**PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS**

Cláusula 1ª

OBJETO

O presente ajuste direto tem por objeto a aquisição de COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS de acordo com o estabelecido no n.º 1 do Art.º 40º do Caderno de Encargos que instruiu o procedimento para celebração do Acordo Quadro (N.º 005CI2012), pela Central de Compras Eletrónicas, da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), para aquisição de combustíveis rodoviários pelas Entidades adquirentes Municipais a efetuar nos termos do Art.º 259º, e que inclui, os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento, para a frota da Câmara Municipal de Lisboa (ao abrigo do Lote 1 do Acordo Quadro supra referido).
- a) Lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, de gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa (ao abrigo do Lote 2 do Acordo Quadro supra referido).

Cláusula 2ª

PREÇO BASE

1. Os preços base mínimos que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, são os seguintes:

1.1. Para o Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento:

- a) O desconto por litro proposto para Gasolinas, pelo preço base mínimo de 0,0551€ que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado, considerando uma expectativa de consumo total de 24.000 litros, no valor total estimado de 28.917,60€ que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado, para o período de 2 (dois) anos de vigência da contratação.
- b) O desconto por litro proposto para Gasóleo, pelo preço base mínimo de 0,0551€ que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado, considerando uma expectativa de consumo total de 40.000 litros, no valor total estimado de 38.596,00€ que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado, para o período de 2 (dois) anos de vigência da contratação.

1.2. Para o lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, de gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa:

- a) O desconto por litro proposto para Gasóleo, pelo preço base mínimo de 0,0950€ considerando uma expectativa de consumo total de 4.800.000 litros, no valor total estimado de 4.440.000,00€, para o período de 2 (dois) anos de vigência da contratação.
- b) O desconto por litro proposto para Gasolinas, pelo preço base mínimo de 0,0950€, considerando uma expectativa de consumo total de 180.000 litros, no valor total estimado de 209.700,00€, para o período de 2 (dois) anos de vigência da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Cláusula 3.ª

Forma e documentos contratuais

- 1- Os contratos, um por cada um dos dois lotes, serão reduzidos a escrito.
- 2- Fazem parte integrante de cada contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 4.ª

Obrigações dos cocontratantes

O cocontratante, consoante o lote, tem como obrigação os seguintes fornecimentos:

1. Combustível a granel

Fornecimento de combustíveis para abastecimento de viaturas municipais, que deverá ser garantido de forma ininterrupta, possuindo estes as características que cubram as especificações exigidas pelos fabricantes dos veículos e restante legislação.

1.1 O fornecimento a granel será realizado em Lisboa, nos seguintes locais:

- a) Olivais 2, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, durante toda a duração do contrato;
- b) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia, sito na Av. D. Carlos I;
- c) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia, sito na Rua Filinto Elísio;
- d) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia, sito na Av. Rio de Janeiro;
- e) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia, sito no Largo da Graça;
- f) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial, sito na Av. Dr. José Espírito Santo.

1.2 O fornecimento a granel deverá ocorrer até 48 horas após a respetiva requisição e realizar-se com uma quantidade a partir de 5.000 litros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

2. Combustível e postos públicos do cocontratante

O cocontratante deverá ter dois postos concessionados na zona Ocidental do concelho de Lisboa (dividida pelo eixo constituído pela Av. da Liberdade/Av. António Augusto de Aguiar/Av. dos Combatentes), e mais dois postos localizados a uma distância não superior a 3 km lineares, das instalações municipais, Olivais 2, sitas na Av. Infante D. Henrique Lote-1 1800-220 Lisboa. Preferencialmente estes postos deverão estar distribuídos de forma equidistantes em relação ao centro geométrico de cada uma das áreas descritas.

2.1 Se o cocontratante possuir mais de dois concessionários em cada uma das áreas em questão, o Município de Lisboa optará por aqueles que considerar mais convenientes.

2.2 O cocontratante deverá assegurar condições especiais de fornecimento nos postos que identificar nas zonas referidas no ponto 2., designadamente quanto a descontos, condições preferenciais de atendimento e outras que entenda relevantes.

2.3 Os postos públicos do cocontratante deverão permitir o acesso e abastecimento a toda a frota municipal, incluindo veículos pesados, máquinas e equipamentos, considerando designadamente a dimensão das referidas viaturas.

3. Bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros

3.1 O cocontratante deverá fornecer, manter e se necessário substituir, sem quaisquer custos para o Município de Lisboa, todos os bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros abrangidos no presente fornecimento e descritos nos pontos 4 a 13 da presente Cláusula.

3.2 Pode o Município de Lisboa, por qualquer motivo, decidir pela não execução, instalação ou fornecimento por parte do cocontratante, dos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros, nos locais indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, escolhendo outro local alternativo acordado entre as partes e dentro dos limites do objeto do contrato, não havendo lugar a qualquer encargo adicional para o contraente público.

4. Reservatórios subterrâneos de combustível para abastecimentos internos

O cocontratante procederá à instalação, sempre que necessário (e se necessário também à remoção de reservatórios já existentes), de reservatórios nos locais indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, bem como à sua posterior manutenção sem custos para o Município de Lisboa, devendo ainda garantir (instalando e/ou mantendo) a necessária tubagem de ligação entre os reservatórios e os locais de abastecimentos aos veículos da frota municipal.

O cocontratante deverá proceder ao licenciamento de cada um dos postos de abastecimento a granel, indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, junto de todas as entidades legalmente competentes, tendo em vista a emissão de alvará de exploração, suportando, caso aconteça, os respetivos encargos e respetivas taxas.

O Alvará de exploração deverá ter como Titular e único responsável, o cocontratante.

Estas obrigações mantêm-se, em caso de transferência do local de qualquer das instalações a seguir indicadas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

4.1 Capacidade dos reservatórios das instalações da Av. Infante D. Henrique, durante toda a duração do contrato:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 80.000 litros;
- b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95 - 10.000 litros;

4.2 Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia - Av. D. Carlos I

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 14.000 litros;
- b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 98 - 10.000 litros.

4.3 Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia - Rua Filinto Elísio:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 9.990 litros;

4.4 Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia - Av. Rio de Janeiro:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 10.000 litros;

4.5 Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia - Largo da Graça:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 10.000 litros;

4.6 Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial - Av. Dr. José Espírito Santo:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 20.000 litros;

5. Pedestais com bombas auto medidoras para abastecimentos internos de combustível, lubrificantes e outros produtos

O cocontratante deverá instalar e garantir a manutenção das bombas a seguir descritas. O funcionamento das referidas bombas estará dependente da leitura e identificação do cartão do condutor, do cartão da viatura (ambos descritos no ponto 7.), da introdução dos quilómetros atuais da viatura e de um código de identificação (PIN).

Excetua-se, os casos de avaria ou de qualquer outro impedimento, nomeadamente no funcionamento do(s) terminais de leitura de cartões, em que devem existir alternativas (rápidas e práticas) para a realização de abastecimentos sem os procedimentos anteriormente descritos.

Estas obrigações mantêm-se, em caso de transferência do local de qualquer das instalações a seguir indicadas:

5.1 Para as instalações da Av. Infante D. Henrique, durante toda a duração do contrato:

- a) 2 pedestais de abastecimento de gasóleo, em que cada pedestal estará equipado com 2 bombas independentes, sendo que uma será de baixo débito e a outra de alto débito;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- b) 1 pedestal de abastecimento de gasóleo com uma bomba de baixo débito;
- c) 1 pedestal de abastecimento de gasolina sem chumbo com índice de octano (RON) mínimo de 95, com 2 bombas independentes, ambas de baixo débito;
- d) 2 pedestais com 1 bomba cada, para atestos de 2 óleos lubrificantes.
- e) 1 pedestal com uma bomba, para atestos Adblue;
- f) 1 pedestal com uma bomba, para atesto de liquido refrigerante de motor.

5.2 Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia - Av. D. Carlos I.:

Um pedestal com 2 bombas independentes (gasóleo e gasolina), ambas de baixo débito.

5.3 Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia - Rua Filinto Elísio:

- Um pedestal com 1 bomba de baixo débito.

5.4 Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia - Av. Rio de Janeiro:

- Um pedestal com 1 bomba de baixo débito.

5.5 Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia - Largo da Graça:

- Um pedestal com 1 bomba de baixo débito.

5.6 Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial - Av. Dr. José Espírito Santo:

- Dois pedestais com 1 bomba de baixo débito cada.

6. Condições mínimas para os postos de abastecimento interno

6.1 Posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique

No posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique deverá ser prevista a execução e ou manutenção das seguintes instalações para permitir o abastecimento dos veículos da frota Municipal:

- a) Cobertura em estrutura metálica com as seguintes dimensões: comprimento 22,5 metros, largura 8,5 metros, Altura não inferior a 4,50m.
- b) Laje para abastecimento, em betão com endurecedor, com as dimensões da cobertura;
- c) Grelhas em redor da laje para recolha de derrames e lavagens, com ligação ao separador de hidrocarbonetos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- d) Ilha central para colocação de Bombas pedestais e outros elementos necessários à operação do posto de abastecimento;
- e) Dispositivos para segurança contra incêndios, nomeadamente extintores, baldes de areia ou outros meios, de acordo com a legislação em vigor (na proximidade do posto já existe hidrante e carretel pelo que não será necessário incluir estes elementos), incluindo a manutenção destes durante a vigência do contrato;
- f) Instruções a seguir em caso de acidente, devidamente afixadas no posto e entregues em suporte informático;
- g) Ilha para enchimento dos depósitos, com zona demarcada com laje de betão armado e rodeada de grelhas, ligadas ao separador de hidrocarbonetos (bacia de retenção).

6.2 Postos de abastecimento interno do RSB

Nos postos de abastecimento interno do RSB deverá ser prevista a execução e ou manutenção das seguintes instalações para permitir o abastecimento dos veículos da frota Municipal:

- a) Cobertura metálica para proteção do operador no momento do abastecimento;
- b) Laje para abastecimento e enchimento de combustíveis, em betão com endurecedor;
- c) Grelhas em redor da(s) laje(s) para recolha de derrames e lavagens, com ligação a separador de hidrocarbonetos, incluindo o fornecimento e instalação deste;
- d) Dispositivos para segurança contra incêndios, nomeadamente extintores, baldes de areia ou outros meios, de acordo com a legislação em vigor, incluindo a manutenção destes durante a vigência do contrato;
- e) Compressores, respetivas instalações elétricas e rede de ar comprimido, bem como outros equipamentos necessários ao funcionamento do posto de abastecimento;
- f) Instruções a seguir em caso de acidente, devidamente afixadas no posto e entregues em suporte informático.

7. Cartões para abastecimento

7.1 Fornecimento de 5.500 cartões/chip (leitura por aproximação) para abastecimentos internos, dos quais:

- a) 2.200 cartões eletrónicos de identificação de viaturas por matrícula.
- b) 3.300 cartões eletrónicos de identificação dos condutores.

7.2 Fornecimento de 120 cartões eletrónicos para abastecimentos externos, em que cada cartão terá características a definir pelo Município de Lisboa junto do cocontratante (como possibilidades de efetuar pagamentos).

7.2.1 Pagamentos em postos de abastecimento públicos do cocontratante:

- a) Abastecimento em postos de combustíveis de Portugal e Espanha.
- b) Outros serviços ou bens.

7.2.2 Pagamento de despesas com portagens:

- a) Pagamentos junto do portageiro;
- b) Pagamentos associados ao sistema "Via Verde"



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

8. Fornecimento de terminais de leitura de cartões de abastecimento interno

- a) Instalação, no posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique, de 2 terminais de leitura de cartões eletrónicos;
- b) Instalação, em cada um dos postos de abastecimento interno do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, de 1 terminal de leitura de cartões eletrónicos.
- c) Disponibilização do cocontratante para a eventual necessidade de criação de interfaces com outros softwares.
- e) Instalação e montagem de dispositivos necessários para comunicação em rede dos postos de abastecimento (via GSM, ou outro).

9. Software e hardware de gestão de abastecimentos

Fornecimento e manutenção de software e de hardware (em que um equipamento servirá de servidor e mais 2 equipamentos como computadores de apoio), para o controlo e gestão de abastecimentos, com o qual se identificará e efetuará os respetivos registos.

9.1 Procedimentos para abastecimentos internos

No momento do abastecimento, para além do registo automático da data e hora, será efetuado o registo:

- a) da viatura abastecida, através da identificação do chip associado a esta e da respetiva quilometragem, por inserção manual no terminal de leitura dos cartões, ou como opção a transmissão automática destes dados (viatura e respetiva quilometragem);
- b) do condutor que efetuou o abastecimento através da identificação do cartão eletrónico atribuído;
- c) da quantidade e o tipo de produto abastecido, através de registo automático;
- d) do terminal de leitura de cartões e de inserção manual (kms do veículo, pin, etc.), associando-o a uma ou mais bombas;
- e) da bomba em que se realizou o abastecimento;
- f) do depósito a que cada bomba está associada, com a possibilidade de parametrizar a sua capacidade total e efetuar automaticamente o cálculo da quantidade restante do produto abastecido (combustível, lubrificante ou outro) em reservatório, através do decremento baseado nas quantidades abastecidas.

9.2 O software deverá ainda fornecer os seguintes dados:

- a) agrupar em famílias os grupos de “terminais de leitura de cartões”, “bomba(s)”, “depósito(s)”, para, em caso de necessidade, ser efetuado o tratamento autónomo dos dados relativos aos abastecimentos realizados nas instalações dos bombeiros, relativamente aos restantes;
- b) limitar o(s) tipo(s) de produto(s) a abastecer por chips, quer os associados a viaturas quer os associados a condutores;
- c) ligações informáticas, compatíveis para exportação dos dados armazenados para software do Município de Lisboa;
- d) capacidade de comunicação informática entre todas as bombas, terminais de leitura/identificação de cartões e o servidor;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- e) tratamento informático dos dados, de forma a possibilitar a devida alteração, em caso de deteção de dados incorretos;
- f) no caso de avaria ou de qualquer outro impedimento, nomeadamente no funcionamento do(s) terminais de leitura de cartões, existência de alternativas que possibilitem a realização de abastecimentos nos postos internos de forma livre, isto é, sem os registos e identificações que são efetuados em situação normal.;
- g) possibilidade de inserção e edição manual de abastecimentos e de dados;
- h) exportação para aplicação "Excel" da "Microsoft", de relatórios tipo (a indicar ao cocontratante) - por viatura, condutor, consumos médios, etc.;
- i) Criação de uma tabela dinâmica em "Access" da "Microsoft" de duplicado de todos os registos devidamente atualizados.
- j) Possibilidade de comunicação e armazenamento da informação em base de dados central da CML (atualmente SGBDR ORACLE).

9.3 Abastecimentos externos em postos públicos do cocontratante

Fornecimento de dados, em suporte informático, relativos aos abastecimentos efetuados nos postos públicos, nomeadamente data/hora, veículo (matrícula), produto e quantidade abastecida (até ao máximo de 1 mês após o abastecimento), para que, após o tratamento informático, sejam exportados para o software de gestão de abastecimentos.

9.4 Locais de instalação do software, hardware e tratamento de dados

Mesmo após a entrada em funcionamento de eventuais novos postos de abastecimento, o fornecimento de dados dos postos deverá estar totalmente centralizado nas instalações municipais de Olivais 2, sitas na Av. Infante D. Henrique, com possibilidade de acesso, em local a definir posteriormente, no sentido de permitir o tratamento dos dados relativos aos postos existentes nas diversas instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros.

10. Instalação de apoio ao posto interno da Av. Infante D. Henrique:

Instalação de edificação tipo contentor, junto do posto de abastecimento interno, com as seguintes características:

- a) área aproximada de 10 m² (5m x 2 m) e 2,5 m de altura interior;
- b) estrutura exterior em alumínio de cor branca;
- c) 1 porta de abertura para o interior no alçado lateral (2,0 m) com fechadura;
- d) 1 janela, de abrir para o interior ou de correr, instalada no alçado frontal (5,0 m), com as dimensões aproximadas de 1,5m x 1,0 m;
- e) instalação elétrica (iluminação e tomadas);
- f) isolamento térmico da cobertura e das paredes;
- g) possuir sistema de climatização por aparelho de ar condicionado.

11. Atesto de ar nos pneumáticos dos veículos

Os postos de abastecimento interno deverão possuir:

11.1 Construção de instalação para alojamento do compressor, depósito e equipamentos acessórios;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

11.2 Fornecimento de compressor de ar, com pressão máxima de funcionamento até aos 15 bar;

11.3 Fornecimento de reservatório de ar comprimido, com as seguintes características:

- a) Capacidade na ordem dos 500 litros;
- b) Fabricado e concebido de acordo com a legislação de recipientes sob pressão - DIR. 87/404/CEE (EN 286.1) e Decreto-Lei n.º 97/2000 de 25 Maio ou qualquer legislação que entretanto se encontre em vigor;
- c) Equipado com manómetro aferido;
- d) Válvula de segurança (limitadora de pressão);
- e) Válvula de corte de ar comprimido;
- f) Purgador automático;
- g) Válvulas reguladoras de pressão;
- h) Dispositivo para regular e efetuar a realização de atestos de ar comprimido nos pneumáticos;
- i) Outras necessidades próprias dos postos de abastecimentos.

12. Tratamento dos efluentes dos postos de abastecimento internos

É da responsabilidade do cocontratante a instalação de equipamento para que os efluentes líquidos resultantes de derrames, quer nos locais de abastecimento dos veículos, quer nos locais de enchimento de reservatórios dos postos, sejam encaminhados e tratados (separador de hidrocarbonetos) antes de serem lançados para o coletor de esgotos.

13. Prazos de execução

O cocontratante obriga-se ao cumprimento dos seguintes prazos:

- a) Proceder ao abastecimento de combustíveis de forma ininterrupta ao longo do contrato;
- b) Executar todos os trabalhos, de qualquer espécie, necessários à colocação e entrada em funcionamento dos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros, bem como pela eventual substituição/remoção dos já existentes nas instalações, no prazo máximo de um mês, a contar da data de início de vigência do contrato;
- c) Proceder à manutenção dos equipamentos hardware e software, que se deverá iniciar num prazo máximo de 24 horas após a respetiva comunicação pelo Município de Lisboa e ser executada em mais 24 horas.

14. Requisitos de Segurança e Saúde do Trabalho

A empresa adjudicatária fica obrigada ao cumprimento de todos os requisitos legais em vigor relativamente à Segurança e Saúde do Trabalho, assim como outros requisitos adotados pelo Município de Lisboa, nomeadamente os definidos no âmbito do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) da DMAU (Direção Municipal de Ambiente Urbano).

15. Requisitos constantes da Diretiva ATEX

A empresa adjudicatária fica obrigada ao cumprimento de todos os requisitos legais em vigor relativamente à Diretiva ATEX e legislação nacional contendo a sua transposição e conexas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Cláusula 5.^a

Procedimentos para o abastecimento

1. Para as duas formas de abastecimento, em postos públicos do cocontratante e em postos internos do Contraente Público, o abastecimento será realizado após prévia identificação do condutor e do veículo, mediante a leitura do cartão eletrónico, efetuando o registo automático e tratamento centralizado dos dados informáticos, no Município de Lisboa.

2. No caso de avaria ou de qualquer outra situação que impossibilite o abastecimento em qualquer um dos postos de abastecimento internos, o cocontratante deverá indicar qual(ais) o(s) posto(s) alternativo(s), localizado(s) de acordo com o referido no ponto 2 da Cláusula 4.^a, para a realização dos abastecimentos, até à reposição do abastecimento interno, nas condições indicadas na alínea i) da cláusula 14.^a.

Cláusula 6.^a

Quantidades estimadas de consumo

1. As quantidades estimadas de consumo, são as seguintes:

1.1. Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público, designadamente de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento, para a frota da Câmara Municipal de Lisboa (CML):

1.1.1. Consumos previstos para 2 anos:

a) Gasolinas = 24.000 litros.

b) Gasóleo = 40.000 litros

1.2. Lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa:

1.2.1. Consumo previsto para 2 anos:

a) Gasóleo = 4.800.000 litros.

b) Gasolinas = 180.000 litros

2. O contraente público reserva-se o direito de não atingir ou de ultrapassar as quantidades acima referidas.

Cláusula 7.^a

Duração do contrato e Prazo de Execução

1 - O contrato terá um período de vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de visto do Tribunal de Contas.

2- A contratação produz efeitos e os bens só poderão ser entregues, após o cocontratante receber Requisições, para entregas parciais, mediante fornecimentos contínuos, à medida das necessidades operacionais da CML ao longo do prazo de 2 (dois) anos, de vigência da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Cláusula 8.^a

Responsabilidade do cocontratante

O cocontratante é responsável por quaisquer danos verificados nos veículos, bens, pessoas ou instalações do contraente público, quando tenham origem em defeitos nos combustíveis por si fornecidos ou nos seus equipamentos instalados, ficando obrigado a suportar os custos inerentes à reposição de utilização dos mesmos, assim como os prejuízos causados pela inoperacionalidade.

Cláusula 9.^a

Formação Profissional

O cocontratante compromete-se a promover a realização de 3 (três) ações de formação na área do abastecimento de combustíveis, contemplando, designadamente, normas de segurança, manuseamento e armazenagem de combustíveis, bem como a forma de ministrar a formação sobre o software fornecido aos utilizadores indicados pela entidade adjudicante.

Cláusula 10.^a

Prazo máximo de intervenção

O cocontratante obriga-se a iniciar a reparação dos equipamentos após a comunicação da avaria ou do mau funcionamento dos mesmos, num prazo máximo de 24 horas e a concluir a reparação, num prazo máximo de 24 horas após o início da intervenção.

Cláusula 11.^a

Inspeções e outras obrigações necessárias para o fornecimento

1. O cocontratante deverá proceder ao licenciamento, de acordo com o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis, para cada um dos postos de abastecimento a granel, indicados no ponto 1.1 da Cláusula 4.^a, junto de todas as entidades legalmente competentes, tendo em vista à emissão de alvará de exploração, suportando, caso aconteça, os respetivos encargos e respetivas taxas.

O Alvará de exploração deverá ter como Titular e único responsável o cocontratante.

2. Caberá ainda ao cocontratante promover e suportar o pagamento e a realização de todas e quaisquer eventuais inspeções, testes, certificações ou outras, que legalmente se mostrem necessárias realizar, decorrentes do presente fornecimento.

Cláusula 12.^a

Obrigações do Contraente Público

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante os preços constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 13.º

Fatura e Condições de Pagamento

1. - As faturas que forem sendo entregues de acordo com as solicitações do contraente público só podem ser emitidas após a aceitação das mesmas por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis – DRMM – e devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município no Campo Grande, n.º 25 – 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução das mesma(s), o seguinte:

- Câmara Municipal de Lisboa
- DMF-DC/DA-DGCE
- N.º do Contrato;
- N.º do Compromisso;
- Mês a que respeita a Fatura

2. – A faturação deve ser feita por local de abastecimento.

3. – As faturas que sejam rececionadas na morada acima indicada e cuja entrada/data de receção, apresente mais de 10 (dez) dias seguidos (de calendário), após a data de emissão da faturas ou documento equivalente, serão devolvidas de imediato ao cocontratante.

4. – Dado que o contraente público efetua os seus pagamentos por transferência bancária, torna-se necessário que o cocontratante, que não se encontre inscritos na CML, efetue o preenchimento do respetivo formulário. Mais se solicita que o mesmo, depois de preenchido, deve ser remetido ao Departamento de Contabilidade - sito no Edifício Central do Município - Campo Grande, n.º 25 – 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa.

5. – Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

7. - Os pagamentos devidos pelo contraente público devem ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

8 - Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do respetivo contrato ser visado pelo Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 14ª

OUTRAS OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do fornecimento de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do cocontratante:
 - a) Fornecer os produtos à CML, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do Caderno de Encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente Caderno de Encargos;
 - b) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à CML, o fato que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos/a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - d) Não alterar as condições do fornecimento dos produtos/da prestação dos serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente Caderno de Encargos;
 - e) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
 - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
 - i) No caso do lote 2, se e quando o fornecimento a granel não puder ocorrer nos locais identificados em 1.1 da cláusula 4.ª, assegurar o abastecimento em postos públicos do cocontratante, localizados conforme referido no ponto 2 da cláusula 4.ª e nos exatos termos, preços e demais condições constantes no caderno de encargos e respetiva proposta.

Cláusula 15ª

ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

1. A cocontratante emite auto de receção quando não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias em relação às características, especificações e requisitos técnicos definidos no



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Caderno de Encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente Caderno de Encargos, bem como em relação à quantidade adjudicada.

2. A assinatura do auto a que se refere o ponto anterior não isenta o adjudicatário das obrigações relativas aos produtos entregues, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula 16ª

SANÇÕES

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro.

Cláusula 17ª

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus Técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 18ª

CASOS FORTUITOS, OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 19ª

ALTERAÇÕES AO CONTRATO

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3. O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 20ª

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos do art.º 27º do Caderno de Encargos do Acordo Quadro de combustíveis rodoviários.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Cláusula 21^a SUBCONTRATAÇÃO

1. O adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 22^a USO DE SINAIS DISTINTOS

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 23^a RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Cláusula 24^a FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

Cláusula 25.^a Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público—não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

mesma execução, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação do Município de Lisboa para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Cláusula 26ª **PREVALÊNCIA**

1. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar.
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 27.º **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o omissso, no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Acordo Quadro e no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, atualmente em vigor e em demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

PARTE II **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 28ª

LISTA DOS ARTIGOS (gasóleo e gasolina) POR LOTE

1. Os bens (gasóleo e gasolina) a fornecer deverão obedecer às quantidades a seguir indicadas, por cada lote, bem como às características técnicas, funcionais, especificações técnicas e requisitos técnicos, ambientais e níveis de serviço estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro:

1.1. Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público, designadamente de gasolinas e gasóleo, com cartão eletrónico de abastecimento, para a frota da Câmara Municipal de Lisboa (CML):

1.1.1. Consumos previstos para 2 anos:

- a) Gasolinas = 24.000 litros.
- b) Gasóleo = 40.000 litros

1.2. Lote 2 - Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, designadamente gasóleo e gasolinas, para a frota do Município de Lisboa:

1.2.1. Consumo previsto para 2 anos:

- a) Gasóleo = 4.800.000 litros.
- b) Gasolinas = 180.000 litros

Cláusula 29ª

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS PRODUTOS

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os produtos objeto do contrato em conformidade com o Caderno de Encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente Caderno de Encargos.

2. Os produtos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos produtos.

4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos produtos objeto do contrato que existam no momento em que lhe são entregues.

Cláusula 30ª

O cocontratante emitirá os cartões de combustível que a entidade adjudicante requerer, por escrito, de acordo o definido no presente Caderno de Encargos, e com as especificações previstas no Acordo Quadro.




CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS


DACM
Prop. n.º SS3/2016
Fls. _____

Declaração

A prossecução da iniciativa de despesa relativa a aquisição de combustíveis rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros, e de serviços de portagens, com enquadramento na rubricas orçamentais L04.02/ 02.01.02.01, L04.02/ 02.01.02.02 e L04.02/02.02.10, todas Extraplano, implica um reforço por contrapartida de dotações disponíveis na orgânica L04.02, rubrica 02.01.02.02, no ano de 2017, ficando a signatária responsável pela efetivação do mesmo, salientando, no entanto, que se prevê que o preço contratual venha ser inferior ao preço base do procedimento, por recurso ao Acordo Quadro n.º 005CI2012, para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), uma vez que para cálculo daquele preço base foi necessário adotar os preços máximos estabelecidos no citado Acordo Quadro.

A Diretora


Maria do Céu Monteiro
Departamento de Aprovisionamentos
Direção Municipal de Finanças

A Diretora
Municipal de Finanças

Paula Reis Costa
Direção Municipal de Finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 14.10.2016

Data Doc.: 14.10.2016

Doc. Origem: AQ 005CI2012

Descrição: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS

Orgânica: L04.02 Dep. de Aprovisionamentos

Funcional: _____

Nº Cabimento: 5316007792

NUP: 616005459

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orgam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.01.02.01	EXTRAPLANO	206.000,00	42.988,00	163.012,00	116.900,11	33.882,69	12.229,20	12.229,15	0,05
02.01.02.02	EXTRAPLANO	3.981.336,00	1.028.782,00	2.952.554,00	1.804.910,71	877.272,63	270.370,66	228.780,00	41.590,66
	Totais	4.187.336,00	1.071.770,00	3.115.566,00	1.921.810,82	911.155,32	282.599,86	241.009,15	41.590,71

Total do Valor Cabimentado 241.009,15

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito _____

Visto Tribunal de Contas _____

Comunicação Adicional T. C. _____

Exigido [] Não Exigido []

Exigido [] Não Exigido []

Exigido [] Não Exigido []

DACH
Rep. n.º 553, 2016
PS

Data: 14.10.2016 Hora: 12:55:21

Pág: 1 / 1

Util: MJOLIVEIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 14.10.2016

Data Doc.: 14.10.2016

Doc. Origem: AQ 005C/2012

Descrição: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS/PORTAGENS

Orgânica: L04.02 Dep. de Aprovisionamentos

Nº Cabimento: 5316007793

NUP: 616005459

Funcional: _____

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.10	EXTRAPLANO	630.000,00	105.000,00-	525.000,00	337.061,71	185.773,70	2.164,59	2.163,00	1,59
	Totais	630.000,00	105.000,00-	525.000,00	337.061,71	185.773,70	2.164,59	2.163,00	1,59

Total do Valor Cabimentado 2.163,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Exigido []

Não Exigido []

Visto Tribunal de Contas

Exigido []

Não Exigido []

Comunicação Adicional T. C.

Exigido []

Não Exigido []

DATA
Exp. nº 553/2016
RS

Data: 14.10.2016 Hora: 12:57:15

Pág: 1 / 1

Util: MJOLIVEIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 20 de outubro de 2016, o voto de congratulação, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

**Voto de Congratulação n.º (Subscrito pela Câmara)
14/2016**

Aprovar o Voto de Congratulação pela eleição de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade e aclamação)

A Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto não participou na votação.

Voto de Pesar n.º 28/2016 (Subscrito pelo Sr. Presidente)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de José Lello, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 552/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a homologação favorável condicionada, referente ao pedido de informação prévia relativo à operação urbanística que visa a instalação de um conjunto edificado para habitação e comércio, com a demolição parcial das construções existentes, a realizar nas parcelas particulares sitas na Rua das Beatas n.º 16-30 e Rua Senhora da Glória n.º 91, Freguesia de São Vicente, que constitui o processo n.º 1480/EDI/2015, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (8PS e 2Ind.)	2 (PCP)	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 553/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro n.º 005CI2012 para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários da Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), bem como tomar a decisão de contratar, aprovar as peças do procedimento, designar o júri, delegar competências no mesmo e autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e autorização de futuros compromissos plurianuais, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	14 (8PS, 3Ind., 1CDS/PP e 2PCP)	---	3 (PPD/PSD)

Proposta n.º 554/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a 1ª e 2ª Modificações Objetivas do Contrato de Empreitada n.º 38/DMPO/DCME/DMC/2013 - Requalificação e Conservação do Palácio das Galveias - Financiamento PIPARU", bem como a correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 2PCP)	---	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 555/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a 3ª Modificação Objetiva do Contrato de Empreitada n.º 38/DMPO/DCME/DMC/2013 - Requalificação e Conservação do Palácio das Galveias - Financiamento PIPARU", bem como a correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 2PCP)	---	1 (CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Jay* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, 20 de outubro de 2016

O Presidente

Fernando Medina
Fernando Medina

PROPOSTA 553/2016 - AUTORIZAR A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 005CI2012 PARA A SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (CCE-AML), BEM COMO TOMAR A DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, DESIGNAR O JÚRI, DELEGAR COMPETÊNCIAS NO MESMO E AUTORIZAR A DESPESA INERENTE, SUBMETENDO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E AUTORIZAÇÃO DE FUTUROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Vamos regressar agora traz à nossa ordem de trabalhos, não sei se já podemos ir ao Ponto 2 da Ordem de trabalhos, Proposta 553/2016. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Peço desculpa há pedaço o atraso na Ordem de Trabalhos resultou de um equívoco meu entre a 2 e 14, não tenho nada a acrescentar, a proposta acho que é clara.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores, estamos em condições de votar o ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Ontem tentei obter um esclarecimento que entretanto não foi possível obter, mas talvez agora na reunião. Esta bomba de gasolina era uma bomba de gasolina que estava prevista desde quando e para quem ou era uma asta pública? Peço desculpa Sr. Presidente. Pronto, tem que ver com combustível mas nada a ver. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Podemos votar o ponto 2 da Ordem de trabalhos, Proposta 553/2016. Não. Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Sobre esta questão agora já propriamente uma referência mais apropriada ao assunto que está em questão. Do que nós analisámos desta proposta e quanto à repartição de encargos, existe uma desconformidade, permitam-me que lhe chame assim, entre o valor que está previsto para o ano de 2017 e o valor, que o projeto de orçamento que já foi distribuído, prevê precisamente para este efeito também em 2017.

Basicamente o valor que está previsto no orçamento para 2017 é insuficiente para poder acompanhar o valor que é proposto aqui na proposta que hoje apresentamos. E, por isso, a questão que eu coloco Sr. Vereador, é, enfim, como é que podemos resolver esta dificuldade, porque se não houvesse projeto de orçamento o procedimento normal era que, quando o orçamento estivesse a ser elaborado, havendo já este compromisso, este compromisso tivesse que ser todo acolhido no tal projeto de orçamento. Não tendo sido, temos um problema, enfim, não é muito comum mas que terá de ser resolvido, ou por alguma via ou por via da alteração do orçamento ou por via de alteração da proposta, sendo que a alteração do orçamento teria que acontecer previamente à alteração desta proposta. Porque não se pode alterar o orçamento após a assunção de um compromisso. Enfim, não sei, mas acho que é necessário, não sei que resposta é que dará o Sr. Vereador, mas queria saber.

O Sr. Presidente: - Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Como sabe, como sabem todos aqui, digamos, o processo orçamental é um processo complexo e é muito difícil, muitas coisas correm ao mesmo tempo e, apesar de todos os vossos de coordenação nem sempre é possível que os valores consigam bater ao milímetro. E, portanto, as eventuais situações que estão como esta que está aqui referida, como disse e bem o Sr Vereador podem-se resolver de duas maneiras e eu acrescentava-lhe uma terceira. Portanto, ou alteramos a proposta ou alterámos ou alteramos o orçamento ou então, na 1ª alteração orçamental que é, aliás, uma das abordagens que nós temos feito que é o compromisso de, dado que isto está a correr ao mesmo tempo e tratando-se que algum dos números que alguns valores não está ajustado. Na 1ª alteração orçamental de Janeiro de 2017 far-se-á essa correção.

E, portanto, eu, nós por uma questão de economia processual eu sugeria que fosse isso que venha a acontecer que algo que é completamente normal e natural e que acontece todos os anos dezenas de vezes, quando no período em que os documentos são finalizados uns e outros, neste caso a proposta e o que está no orçamento e aquilo que venha a ser a 1ª alteração orçamental e, portanto, aí fazem-se todas as correções que houver a fazer. Também estamos a falar num concurso, os valores podem vir em baixa e, portanto, não há nenhuma necessidade de agora e irmos a correr fazer uma alteração orçamental apenas assumindo como é natural o compromisso de caso os

valores não correspondam, não coincidam, fazer essa mesma alteração orçamental. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente. Ó Sr. Vereador, eu compreendi. Compreendi pareceu-me a mim tudo, só não compreendo o seguinte:

Nós temos uma proposta hoje que assume um compromisso para o ano 2017 e vamos ter para a semana uma proposta que não cobre este compromisso assumido, e isso é que tem aqui um problema. Não, não é um compromisso, tecnicamente, de facto, não é um compromisso. Agora o que é certo, é que o orçamento teria de conter toda a verba que está agora a ser aqui a prevista, para utilizar comprometida, mas isso teria que acontecer. Ou seja o orçamento teria de prever. Ora, o orçamento não prevê. E Portanto, não se trata do procedimento da alteração orçamental resolver o problema, tem que ser prévio. Ou seja, se nós aprovarmos hoje a proposta e eu não ponho em causa a urgência e necessidade de manter os serviços da Câmara operacionais com o combustível que necessitam para manter essa operacionalidade. Não pomos isso em causa. Agora, o orçamento, o projeto de Orçamento é que não é compatível com este compromisso com esta proposta que estamos aqui a provar.

Francamente Sr. Vereador depois de na altura do orçamento termos, se o Sr. Vereador insistir nesse caminho, teremos oportunidade de discutir esta questão e até de perceber em que termos é que ela vai colocar eventuais problemas à Câmara, nomeadamente na sua relação com os órgãos que tutelam, deste ponto de vista nomeadamente o Tribunal de Contas, esta questão. Agora a sugestão que lhe dava era que esta proposta pudesse ser ajustada para que a despesa de 2017 pudesse estar no limite que está previsto no projeto de orçamento. Do meu ponto de vista, era a forma mais inequívoca para resolver este problema. A que o Sr. Vereador sugere pode, francamente, trazer problemas à frente, hoje não trará, trará mais à frente, seguramente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Eu não quero insistir, mas isto acontece dezenas de vezes, dezenas, de vezes, entre o período de Setembro que é

quando se finalizam os números do orçamento, e o momento do final do ano. Isto não é nenhuma novidade. Mas sem prejuízo de podermos conversar em sede orçamental e fazemos esse ajustamento, mas teremos que fazer para muitas outras situações. Porque isto é uma situação que para além de que estamos a falar de cabimentações e não de compromissos e, portanto, não há aqui nenhum do compromisso a descoberto, não há violação legal nenhuma. E é normal e está previsto, que com o compromisso de ajustar o orçamento logo que seja possível o seja feito no início do ano. Aliás, todas as alterações orçamentais que o Sr. Vereador votou neste mandato, no anterior e em todos os outros e que fui vereador, tinham exatamente situações deste género. Portanto, não há aqui nenhuma situação de nenhum melindre de nenhuma ilegalidade nem de nenhuma novidade história.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, a sério, eu antes achava isto fascinante, mas agora. Sr. Vereador.

O Sr. Vereador António Proa: - Dá-me licença Sr. Presidente?

Eu também não tenho fascínio em tratar destas questões... agora ...

O Sr. Presidente: - Eu tinha!

O Sr. Vereador António Proa: - Eu sobre isto nunca tive grande fascínio, invejo-lhe essa atitude, porque seguramente fará ser mais bem disposto do que eu. Agora, também para não não o magoar muito Sr. Presidente, serei muito breve: Há um mecanismo que a lei prevê que é, no final dum exercício quando há questões deste tipo, há uma declaração que é acompanhada, que acompanha as propostas, que é uma declaração do vereador no sentido de se comprometer a inscrever toda a verba no orçamento, no projeto de orçamento seguinte. Esse é outro instrumento que não é que não é aplicável neste caso, mas é outro instrumento que é utilizado. Agora isto Sr. Vereador não parece que seja grande solução e queria aqui deixar este registo. Mas o Sr. Vereador prefere não operar aqui a proposta e ajudá-la no ano 2017, não teria problema nenhum, muito bem. Dou-me por vencido.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Senhores Vereadores, vamos para a votação o ponto 2 da ordem de trabalhos, a Proposta 553/2016. Quem vota contra? Quem se

abstém? A proposta foi aprovada com a abstenção do PSD e o vota a favor dos restantes vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação Proposta 553/2016 a qual foi aprovada por maioria com 14 votos a favor (8PS, 3Ind., 1CDS/PP e 2PCP) e 3 abstenções (PPD/PSD).